



**ASSEMBLEIA  
DE  
FREGUESIA  
DA  
UNIÃO  
DE  
FREGUESIAS  
DA  
CIDADE  
DE  
SANTARÉM**

**R**Eunião da **A**ssembleia de  
Freguesia

Ata N.º: 03/2021\_2025  
29-12-2021

  


**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA  
DA  
UNIÃO DE FREGUESIAS DA CIDADE DE SANTARÉM**

**ACTA N.º 03/2021\_2025**

**Data da Reunião: 29-12-2021 e 25-01-2022**

**Local da reunião: Online - Teams**

**1ª Sessão: 29-12-2021**

**Início da reunião: 21:30 horas**

**Términos da reunião: 23 horas e 50 minutos**

**Membros da Assembleia que estiveram presentes na reunião:**

**Mesa da Assembleia:**

**Presidente: Carlos José Rios Godinho Calado**

**1º Secretário: António Manuel Simeão Mendes**

**2º Secretário: Sónia Isabel Santos Lobato em substituição de Maria Teresa Gonçalves de Jesus**

**Vogais:**

**Filipe Manuel da Purificação Dionísio**

**Lígia Sofia Vieira da Cruz Segundo Nestal**

**Anaísa Raquel Navalho Soares Calado**

**Carlos Ivo Ferreira Gomes Vieira**

**Abílio Manuel Mota Ribeiro**

**Ana Luiza Cândido da Silva Rodrigues Serrão Arrais**

**Luís Manuel Silva Amaral**

**Albertino Lameira Lourenço Crespo**

**Ana dos Reis Felismino**

**Luís Carlos Ribeiro Gonçalves**

**Gustavo Manuel da Silva Murteira em substituição de Eduardo José Russo Gomes**

**João Ferreira Lynce**

**Carlos Alberto Ferreira Lucas Martins**

**Teresa Maria Carvalho Nascimento**

**Fabília Monteiro de Almeida Pereira**

**Vítor Manuel Abreu Gouveia de Jesus**

**Responsável pela elaboração da ata:**

**Nome: Antonio Manuel Simeão Mendes**

**Faltas justificadas: Maria Teresa Gonçalves de Jesus e Eduardo José Russo Gomes**

**Faltas injustificadas: -----**

## ATA N.º 03/2021\_2025

### PRIMEIRA SESSÃO

Reuniu via online através da aplicação Teams, em reunião ordinária, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Cidade de Santarém, no dia vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte e um, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto 1: Análise da informação escrita do Presidente da União de Freguesias da Cidade de Santarém e situação financeira da mesma desde a data da tomada de posse até à presente data;

Ponto 2: Nomeação do representante da União de Freguesias no Conselho Municipal da Juventude;

Ponto 3: Proposta de criação de uma comissão para apresentação de novo Regimento da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Cidade de Santarém;

Ponto 4: Análise à proposta de alteração do contrato de arrendamento para fins não habitacionais do terreno onde se encontra instalada a antena de telecomunicações em Santa Iria da Ribeira de Santarém;

Ponto 5: Deliberação sobre a anulação do CIA celebrado com o Município de Santarém com referência à requalificação/beneficiação de pontões na estrada das Manteigas e na estrada da Calçadinha;

Ponto 6: Deliberação sobre a anulação do CIA celebrado com o Município de Santarém com referência à requalificação/beneficiação da estrada das Manteigas;

Ponto 7: Aprovação da relação económica de compromissos plurianuais existentes em 31.12.2021;

Ponto 8: Discussão e aprovação do organograma para o ano de 2022;

Ponto 9: Discussão e aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2022;

Ponto 10: Discussão e aprovação do Orçamento, PPI e PPA para o ano de 2022;

Ponto 11: Discussão e aprovação da proposta de alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Licenças da União de Freguesias da Cidade de Santarém;

Ponto 12: Aprovação da Proposta de atribuição de voto de louvor à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santarém;

Iniciada a reunião o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia cumprimentou todos os presentes, referindo que iríamos de imediato entrar na ordem de trabalhos.-----

A vogal Ana Arrais pediu para intervir propondo à Assembleia que estipulasse uma hora para término da reunião, justificando o pedido pelo adiantado da hora e a quantidade de pontos a debater, propondo 2 horas de máximo de sessão. Não havendo nenhum membro a opor-se a tal proposta foi decidido ter como limite para término da sessão às 24 horas.-----

De seguida o vogal Abílio Ribeiro interveio para dizer que apesar de não fazer parte dos pontos da ordem de trabalhos, a sessão devia começar pela aprovação da Ata da reunião anterior, o que foi aceite. Assim o senhor Presidente da Mesa da Assembleia da União de Freguesias deu a palavra ao vogal Abílio Ribeiro para se pronunciar sobre a ata da anterior reunião. Este referindo-se que o que está escrito na página cinco da mesma disse que tal não corresponde ao dito por ele na mesma pelo que deverá o texto ser alterado para: *"proposta que fizeram aos CTT para que os mesmos aceitassem a celebração de um protocolo com os mesmos valores do protocolo acordado com a ANAFRE, o que foi recusado pelos CTT uma vez que estes sempre informaram que o mesmo era também aplicável aos não associados da ANAFRE"*. Não havendo mais intervenções sobre este assunto, foi a proposta de ata colocada à votação tendo a mesma aprovada por unanimidade.-----

De seguida a vogal Fabrícia Monteiro de Almeida Pereira questionou o senhor Presidente da Mesa da Assembleia da União de Freguesias sobre o espaço do "período antes da ordem do dia", tendo este respondido que atendendo ao adiantado da hora este período passa para o final da reunião. Não havendo nenhuma oposição a esta proposta, ficou deliberado que este período será exercido no final da ordem de trabalhos.-----

Não havendo mais pedidos do uso da palavra entrou-se de imediato na ordem de trabalhos tendo sido tomadas as seguintes deliberações: -----

**Ponto 1 - Análise da informação escrita do Presidente da União de Freguesias da Cidade de Santarém e situação financeira da mesma desde a data da tomada de posse até à presente data.**

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia questionou os presentes se pretendiam intervir, tendo pedido a palavra o vogal Abílio Ribeiro para solicitar que de futuro seja dado conhecimento aos membros da Assembleia as atividades desenvolvidas por cada membro do executivo.-----

De seguida pediu a palavra a vogal Fabrícia Pereira para questionar o executivo do porquê da anulação do acordo de coletivo de trabalho público celebrado entre o STAL e o executivo da União de Freguesias.-----

De seguida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia solicitou ao Senhor Presidente da União de Freguesias que respondesse às questões colocadas. Este informou que a decisão de revogação do acordo coletivo de trabalho de

emprego público se deve ao facto do mesmo não ter sido aprovado em reuniões do executivo pelo que tendo o mesmo sido analisado pelos juristas que prestam apoio ao atual executivo, os mesmos propõem que tal documento seja reanalisado, discutido e aprovado em reunião do executivo.-----

**Ponto 2 - Nomeação do representante da União de Freguesias no Conselho Municipal da Juventude**

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia da União de Freguesias informou que tinha na sua posse uma proposta do executivo e através da qual o mesmo propunha como representante da União de Freguesias no Conselho Municipal da Juventude o senhor João Pedro dos Santos Dias Amaral. Tendo perguntado de seguida se existia dos partidos presentes na Assembleia alguma outra proposta de nome para este cargo. O vogal Abílio Ribeiro pediu a palavra para em nome do Partido Social Democrata apresentar a candidatura Ana Margarida Carvalho de Sousa Canavarro para este cargo. Assim e tendo em atenção as candidaturas apresentadas o senhor Presidente da Assembleia da União de Freguesias colocou as propostas à votação tendo sido obtido os seguintes resultados: João Pedro dos Santos Dias Amaral 12 votos; Ana Margarida Carvalho de Sousa Canavarro, 6 votos e 1 voto branco; pelo que foi decidido que o representante da União de Freguesias no Conselho Municipal da Juventude será o senhor João Pedro dos Santos Dias Amaral -----

Atendendo ao adiantado da hora e ao acordo estabelecido no início da reunião, o Presidente da Mesa da Assembleia da União de Freguesias propôs que atendendo à importância de alguns pontos inscritos na ordem de trabalhos a discussão dos mesmos fosse a seguinte: 8; 9; 10; 5; 6; 3; 4; 7; 11 e 12. Colocada esta proposta à consideração da Assembleia foi a mesma aprovada por unanimidade. Assim, entrou-se de imediato na análise e discussão do ponto 8 da Ordem de trabalhos.-----

**Ponto 8: Discussão e aprovação do organograma para o ano de 2022**

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia União de Freguesias questionou se havia alguém que pretendia intervir. Pediu a palavra a vogal Ana Arrais para solicitar o porquê da razão de não estar expresso o funcionário que ocupa cada um dos lugares indicados no organograma.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia da União de Freguesias deu a palavra ao Senhor Presidente da União de Freguesias tendo este respondido que o organograma é um documento técnico que apenas indica como os Serviços estão organizados.-----

De seguida pediu a palavra a vogal Fabrícia Pereira, tendo a mesma dito que o presente documento e de acordo com o regime jurídico das autarquias locais, artigo 9, número 1, alínea C, só cabe à Assembleia de Freguesia se pronunciar sobre a criação e reorganização dos Serviços da Freguesia, pelo que o documento apresentado não cumpre esta finalidade.-----

Tendo sido dado a palavra ao Presidente da União de Freguesias, este afirmou que de facto o documento apresentado não cria nem reorganiza nada é apenas

a manutenção do organograma anterior e que só o trouxe à Assembleia de Freguesia para dar conhecimento do mesmo aos membros dessa Assembleia, tal como é habitual no início de cada mandato.-----

**Ponto 9: Discussão e aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2022**

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao Senhor Presidente da União de Freguesias solicitando que o mesmo fizesse a introdução deste ponto. Este, no uso da palavra, começou por apresentar a proposta informando que tendo como referência o quadro em vigor a proposta agora apresentada, propõe a extinção do posto de Técnico Superior, mantem-se todo o resto, criando ainda quatro postos de Assistentes Operacionais. Informou ainda que a extinção do lugar de Técnico Superior se deve ao facto de com a atual estrutura orgânica não haver necessidade da existência do mesmo, já no que se refere à criação dos quatro lugares de Assistentes Operacionais, tal facto deve-se à necessidade de aumentar o quadro pessoal nesta área tendo em vista responder cabalmente às necessidades do serviço, evitando assim a necessidade de recurso a trabalhadores precários.-----

A vogal Fabricia Pereira pediu a palavra para dizer que há um erro na descrição do documento, uma vez que por extenso está escrito que o número de funcionários é 29 e entre parênteses está 27. O Senhor Presidente da União de Freguesias pediu desculpas pelo erro e referiu que de facto o número indicado deve ser o 27, pelo que se irá proceder à correção do mesmo.-----

De seguida foi dada a palavra à vogal Ana Arrais tendo a mesma solicitado a informação do porquê, de na descrição dos trabalhadores, uns surgirem como "escolaridade mínima obrigatória" e outros com "décimo segundo". Tendo sido dada a palavra ao Senhor Presidente da União de Freguesias, este esclareceu que de acordo com a legislação em vigor os candidatos aos concursos para Assistentes Operacionais têm de ter, obrigatoriamente a escolaridade mínima obrigatória. Já no que se refere aos concursos para Assistente Técnicos é definido que os mesmos têm de ter como mínimo obrigatório o 12º Ano de escolaridade. Não havendo mais pedidos de intervenção foi o documento, Mapa do pessoal para o ano de 2022, colocado à votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria com doze votos a favor e sete abstenções.-----

**Ponto 10: Discussão e aprovação do Orçamento, PPI e PPA para o ano de 2022**

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia questionou se havia alguém que pretendia intervir. Pediu a palavra o vogal Abílio Ribeiro começando por referir que em relação ao Orçamento, PPI e PPA pouco há a falar, pois os valores do mesmo são a existência média dos anteriores e as obras apresentadas já estavam quase todas previstas em anteriores orçamentos. Questionou o executivo perguntando onde o mesmo esperava gastar 20.000 euros em publicidade, pois no seu entender a União não precisa de publicidade além dos editais, referindo ainda que se compararmos a verba prevista para Covid de 25.000 euros com os 20.000 euros para publicidade

parece, que esta, está claramente desajustada. Continuando ainda a usar da palavra referiu que parece desajustado a contratação de Serviços Jurídicos por 32.000 euros quando no anterior mandato alguns membros do atual executivo se insurgiram contra a existência de um jurista e também porque uma das justificações da entrada para a ANAFRE era a utilização dos serviços jurídicos desta. Dada a palavra ao Presidente da União de Freguesias, este respondeu há primeira questão, o atual executivo quer alterar a forma de comunicação. No que diz respeito à segunda questão, referiu que não vão ser gastos 32.000 euros em advogados, pois a rubrica pareceres, consultorias e outras não são necessariamente advogados, pois esta verba serve para pagar consultoria jurídica, consultoria de apoio na área económico-financeira, auditoria contabilística e consultoria do SIADAP, de forma a prevenir problemas idênticos aos que existem atualmente tal como já tinha sido explicado a todos os partidos na reunião prévia a esta Assembleia.-----

O vogal João Lynce, atendendo que não conseguiu ligar o sistema áudio escreveu no chat a seguinte pergunta: “nós consideramos que deveria ter sido feita uma auditoria externa para saber o ponto da situação, porque é que não foi feita?”. Dada a palavra ao Senhor Presidente da União de Freguesias este respondeu que da análise realizada pelo atual executivo e das conversações com os Serviços administrativos não parece haver necessidade dessa auditoria externa, apenas foi solicitado uma auditoria ao nível do SIADAP para se perceber o que está mal e como se pode corrigir, pois o anterior executivo tomou uma deliberação, através da qual entendia que alguns funcionários da União de Freguesias deveriam devolver à mesma as quantias recebidas indevidamente por erros definidos na escala salarial. Perante esta realidade o atual executivo verificou que a análise efetuada no anterior executivo tinha algumas falhas e erros pelo que não existindo no atual quadro de funcionários com competências suficientes para análise e correção deste assunto, por forma em enquadrá-la na legislação em vigor, foi decidido recorrer ao trabalho de uma empresa externa por forma a dotar o atual executivo com a informação necessária e os procedimentos a desenvolver para legalização de todo o processo, comprometendo-se o executivo a comunicar a todos os membros da Assembleia da União de Freguesias logo que o resultado deste trabalho esteja terminado.-----

De seguida a vogal Teresa Nascimento pediu a palavra para dizer que gostaria de ter visto inscrito neste documento uma verba para o orçamento participativo. Não existindo essa verba no orçamento informou que envio um documento escrito como recomendação e que vai apresentar o mesmo no fim da Assembleia de Freguesia.-----

A vogal Ana Arrais pediu a palavra para dizer que apesar da explicação do senhor Presidente da União de Freguesias, continua a achar exagerada a verba para publicidade e volta a questionar onde o executivo pensa gastar o valor.-----

O vogal Abílio Ribeiro voltou a pedir a palavra para dizer que há políticos profissionais e políticos amadores e que todos os membros da anterior Junta exerceram os seus cargos como melhor podiam e sabiam, não estão isentos de erros mas sempre o fizeram com sentido de responsabilidade, os colaboradores da União são também responsáveis por parte desses erros e que tudo o que foi feito foi dentro daquilo que todos achavam ser a normalidade, pode ter havido funcionários que levaram dinheiro a mais por motivo de um erro que aconteceu mas os membros do executivo não levaram nada para casa e que não os preocupa as auditorias pedidas.-----

A vogal Fabrícia Pereira pediu a palavra para pedir esclarecimentos sobre o orçamento. Começou por questionar se as receitas de capital, provenientes do município estão totalmente garantidas e a que investimentos se destinam, por outro lado, ao comparar as receitas com as despesas há um saldo negativo de 58.349 euros. Referiu ainda, no que se refere às despesas correntes é de notar que o montante previsto para aquisição de serviços corresponde a mais de metade das despesas com o pessoal, questionando que serviços vão ser contratados e ainda no que se refere aos programas ocupacionais perguntou como se justifica que haja uma despesa de 38.488 euros e uma receita proveniente do IEFP de 35.000 euros. Questionou ainda se na área dos Recursos humanos, o subsídio de insalubridade vai continuar a ser pago, tal como outros abonos, horas extraordinárias e ajudas de custo. Solicitou também informação onde fica o largo Dr. Carlos Abreu em S. Domingos, pois não consegue identificar esse local. Já no que se refere ao Plano plurianual de investimentos disse que existindo no mesmo montantes avultados para a área social, pretende saber que funções sociais são estas e que montantes são estas para habitação e serviços coletivos, assim como solicitava esclarecimentos da razão dos agrupamentos escolares estarem integrados na mesma rubrica que as entidades do sector não lucrativo.-----

Dado a palavra ao Presidente da União de Freguesias este começou por responder há vogal Teresa Nascimento referindo que o executivo ainda não teve oportunidade de analisar o regulamento existente para o orçamento participativo mas que se compromete em Abril, do saldo a transitar de 2021 para 2022, abrir uma rubrica para o orçamento participativo com cerca de 30.00 euros. De seguida e respondendo à vogal Fabrícia Pereira, informou que o largo Dr. Carlos Abreu é uma zona existente nas traseiras da Habijovem e que nos documentos existentes está assinalado como Largo de acesso à rua Dr. Carlos Abreu. Já no que se refere aos subsídios de insalubridade informou que vão ser todos pagos nos termos da legislação em vigor. Sobre as receitas correntes e de capitais, informou que as receitas correntes são 80.000 euros superiores às despesas correntes. No que se refere as GOPs (Grandes Operações do Plano), informou que foram aproveitadas todas as que existiam de anteriores mandatos e reforçadas outras tais como a Casa João Arruda ou as obras para instalação dos funcionários da União, nomeadamente da área



operacional. A única GOP nova é o alcatroamento da estrada entre os casais Reimão e a estrada Nacional, conhecida como estrada dos Casais Teixeira. Respondendo de seguida à questão colocada sobre os agrupamentos escolares estarem integrados na mesma rúbrica que as entidades do sector não lucrativo, informou que tal facto resulta dos mesmos estarem incluídos numa classificação económica que está definida no Plano Oficial de Contabilidade. Já no que se refere ao valor da aquisição de Serviços, 173.000 euros estes estão decompostos nas várias rúbricas que se seguem no orçamento. No que se refere à rúbrica do IEFP, o Presidente vai solicitar explicações aos Serviços, que dará as explicações necessárias.-----

De seguida o Senhor Presidente da União de Freguesias da Cidade de Santarém respondeu ao vogal Abílio Ribeiro, dizendo, que sempre respeitou todos os elementos e executivos anteriores e que nunca foi um profissional da política, e que apenas disse: "por percebermos das dificuldades que houve em executivos anteriores e para evitar que se repita, primeiro aferimos das capacidades técnicas existentes e depois contratamos técnicos que embora não estando a tempo inteiro, estão disponíveis para ajudar os funcionários desta casa sempre que estes tenham dúvidas para que não se possa dizer que se cometeram erros por não haver capacidade técnica de apoio ou de resposta", terminou referindo: "Nós não estamos a criticar ninguém, constatamos factos e aquilo que achamos que tem de ser corrigido, estamos a tentar corrigir da forma mais correta, mais técnica e com respeito por todas as pessoas que tiveram cá ao longo destes anos". Respondendo à vogal Ana Arrais, referiu que não há muito a acrescentar ao que já foi dito sobre o assunto, pois esta rúbrica define uma política do atual executivo. É uma rúbrica com o valor do que se pensa ser necessário para o desenvolvimento das atividades que pretendem levar a efeito.-----

O vogal Luís Amaral tomou a palavra para questionar a rúbrica da verba do Covid, pois entende que a mesma é manifestamente insuficiente tendo como experiência os últimos tempos. -----

O vogal Vítor Jesus usou da palavra para referir a sua concordância com o executivo sobre as auditorias ou apoio técnico para resolver os problemas detetados e garantir que os mesmos não voltam a acontecer no futuro. Mantendo-se no uso da palavra frisou que relativamente ao orçamento está muito em linha com os orçamentos anteriores e que é aceitável e perceptível tendo em conta o espaço temporal curto e que saúda as mudanças ou introdução de algumas verbas, nomeadamente a do associativismo. Referiu ainda que no futuro executivo deve apresentar o orçamento e plano de atividades numa estrutura mais clara e perceptível, pois o documento agora apresentado é de difícil leitura.-----

Dado a palavra ao Senhor Presidente da União de Freguesias da Cidade de Santarém, este em resposta às questões e reflexões apresentadas, começou por dizer que os 754,62 euros inscritos na rúbrica do Covid resulta da regra da

média dos dois últimos anos. Já no que se refere às questões colocadas pelo vogal Vítor Jesus, disse concordar que esta forma gráfica de apresentação do orçamento é pouco amigável mas é como está neste momento parametrizado na aplicação e que no próximo ano já prevê a apresentação de um documento com outra estrutura e mais amigável e simples para quem o lê e interpreta. Terminou a sua resposta referindo que o vogal Vítor Jesus tinha resumido o sentimento do executivo acerca das auditorias ou apoios técnicos, isto é, ajudar a resolver os atuais problemas e prevenir que se venham a repetir estes ou outros no futuro.-----

Colocado a votação o orçamento foi aprovado por maioria com 9 votos a favor e dez abstenções.-----

**Ponto 5: Deliberação sobre a anulação do CIA celebrado com o Município de Santarém com referência à requalificação/beneficiação de pontões na estrada das Manteigas e na estrada da Calçadinha**

**Ponto 6: Deliberação sobre a anulação do CIA celebrado com o Município de Santarém com referência à requalificação/beneficiação da estrada das Manteigas**

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia da União de Freguesias solicitou ao Senhor Presidente da União de Freguesias que apresentasse as propostas. No uso da palavra este informou os membros da Assembleia de Freguesia que os motivos que levaram o executivo a apresentar as propostas para revogação dos contratos interadministrativos celebrados entre a União de Freguesias e o Município de Santarém, para a requalificação/beneficiação dos pontões das estradas das Manteigas e da Calçadinha e para a requalificação/beneficiação da estrada das Manteigas, foi a necessidade de se proceder a uma reorganização dos valores constantes nas GOP municipais afetas às transferências de capital para esta União de Freguesias, libertando assim as verbas a empregar no âmbito dos mesmos contratos para a resolução conjunta destas obras, possibilitando assim a contratação de uma única empreitada que englobará todos estes investimentos.-----

Colocadas as propostas à votação, foram as mesmas aprovadas por maioria com 11 votos a favor e 8 abstenções.-----

O 1º secretário da Assembleia de Freguesia pediu a palavra para propor que esta Assembleia fosse prolongada por mais algum tempo atendendo que estavam poucos pontos para discussão para término da ordem de trabalhos uma vez que ainda não eram 24 horas. Atendendo que esta proposta não foi aceite pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, o mesmo felicitou os participantes da forma democrática ordeira e cívica com que decorreu a Assembleia e informou que vai ser agendada uma segunda sessão para terminar esta reunião de Assembleia ordinária.-----

## SEGUNDA SESSÃO

**Local da reunião: Online - Teams**

**2ª Sessão: 25-01-2022**

**Início da reunião: 21:00 horas**

**Términos da reunião: 23 horas e 10 minutos**

Reuniu via online através da aplicação Teams, em segunda sessão da reunião ordinária, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Cidade de Santarém, no dia vinte e cinco de janeiro de dois mil e vinte e dois, com os pontos que ficaram por abordar e debater, tendo-se verificado que a vogal Fabrícia Monteiro de Almeida Pereira não se encontrava presente.-----

### **Ponto 3 – Proposta de criação de uma comissão para apresentação de novo Regimento da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Cidade de Santarém.**

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia questionou a bancada do PS se tencionava intervir para apresentar a sua proposta agendada.-----

A vogal Lígia Nestal pediu a palavra e complementando o documento enviado a todos os membros, expôs a necessidade da alteração e reorganização do atual regimento que já tem 8 anos. Assim em nome da bancada do PS propôs a criação de uma comissão com o objetivo de apresentarem um novo documento de Regimento da Assembleia de Freguesia. Esta comissão deverá ser constituída por um membro de cada partido político representado na Assembleia e um membro da mesa da Assembleia. Propõe ainda como data limite da apresentação da proposta a próxima reunião ordinária de Assembleia. A vogal Teresa Nascimento pediu a palavra para apoiar a proposta apresentada e disponibilizar-se para colaborar. Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocada a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

### **Ponto 4: Análise à proposta de alteração do contrato de arrendamento para fins não habitacionais do terreno onde se encontra instalada a antena de telecomunicações em Santa Iria da Ribeira de Santarém.**

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia da União de Freguesias deu a palavra ao Presidente da União de Freguesias para que o mesmo apresentasse a proposta.-----

Este no uso da palavra informou que a proposta agora apresentada a todos os membros da Assembleia da União de Freguesias é a mesma que foi apresentada a todos os partidos aquando da reunião para apresentação do orçamento para o ano de 2022. Embora a proposta agora apresentada pudesse ter sido discutida e votada no âmbito do executivo, o mesmo entendeu que atendendo aos prazos em causa, a mesma devia ser apreciada nesta Assembleia de Freguesia. Assim informou que a antena em questão está

instalada junto ao Pavilhão da Canoagem. A Operadora responsável pela mesma veio agora apresentar uma alteração ao contrato existente propondo-se pagar 55.600 euros por um período de 25 anos. O Presidente da União de Freguesias informou ainda que no decorrer da reunião mantida com o responsável da Operadora este informou que a mesma não estava disponível para negociar os valores apresentados pois dispunham de outras alternativas para substituição da atual antena, estando disponíveis para proceder de imediato à desativação desta antena.-----

Atendendo há posição da Operadora o executivo propõe a aceitação da proposta apresentada com o compromisso de que a verba a receber seja canalizada na sua totalidade para investimento do imobiliário da União, nomeadamente no antigo posto médico da Ribeira de Santarém que está com problemas graves na estrutura e telhado e o espaço na antiga Escola Prática na criação de condições aos funcionários da União.-----

O vogal Luís Gonçalves pediu a palavra para questionar o Presidente de qual a justificação da Operadora para baixarem o contrato para valores muito inferiores aos atuais. O Presidente da União de Freguesias respondeu que apenas deram a justificação de que era um novo modelo de contrato para todos os proprietários dos terrenos, com a vinda do 5G não têm necessidade da totalidade das antenas.-----

O vogal João Lynce tomou a palavra para questionar, porque é que o prazo era de 5 anos e agora passa para 25 anos. Também referiu que não lhe parece correto receber a totalidade do dinheiro agora neste mandato. Sobre este assunto usou ainda da palavra a vogal Lúcia Nestal, dizendo que é um facto que a antecipação de rendas segura a verba porque nada garante que o contrato continue ano após ano, tanto assim é que o contrato que está em vigor diz que a arrendatária é livre de colocar fim ao mesmo em qualquer momento e que a evolução constante das tecnologias pode levar a não haver necessidade destas antenas, a arrendatária pode escolher outro local para instalar a antena. Recordando que o recebimento desta verba permite melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores e consequente a satisfação destes pode levar à sua satisfação e aumento da produtividade. Usou ainda da palavra a vogal Teresa Nascimento, dizendo que o recebimento da verba na sua totalidade leva a hipotecar 6 mandatos pelo que não lhe parece ser uma boa opção a proposta apresentada. Informou ainda que das informações que lhe foram comunicadas que a tecnologia 5G necessita mais antenas, pelo que, do ponto de vista do BE o contrato não deve ser assinado.-----

Dada a palavra ao Presidente da União de Freguesias, este em resposta aos vogais começou por dizer que estas empresas valem-se de terem o monopólio e que o contrato tem uma validade a nível zero porque o contrato diz que a empresa a qualquer momento pode terminar o mesmo. Voltou a sublinhar que apesar de ser uma decisão da competência do executivo, este pretende ouvir a Assembleia e que o resultado da votação será assumido pelo mesmo. Disse

ainda que é um facto que a antecipação da receita corresponde a um período de 6 mandatos mas no entanto e se for essa a decisão, o dinheiro agora recebido vai ser na totalidade utilizado para a recuperação de um património que se não for agora recuperado alguém vai ter de pagar durante os próximos 6 mandatos. O vogal João Lynce voltou a pedir a palavra para afirmar que depois da intervenção do presidente do executivo garantir que o dinheiro será aplicado na recuperação do património e na melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores mudaria o sentido de voto e concorda com a assinatura do contrato e o recebimento da verba condensada.-----

O vogal Luís Gonçalves voltou a pediu a palavra para questionar o motivo do porquê a renda durante 25 anos baixa para quase metade do valor inicial e depois volta aos valores iniciais. Aproveitou ainda para frisar que se o valor da renda total entrar neste orçamento não voltará aos orçamentos dos anos seguintes.-----

Em resposta a estas questões o Presidente do Executivo voltou a dizer que na reunião com a operadora não foi possível renegociar os valores nem sequer foi aceite a possibilidade da União de Freguesias apresentar uma contraproposta.- Ainda na sua intervenção, o Presidente do Executivo, reafirmou que o mesmo acatará e implementará a decisão que for tomada na Assembleia de Freguesia, assim como se a mesma deliberar pela aceitação da proposta da Operadora o montante recebido será utilizado na recuperação do edifício do antigo posto médico da Ribeira de Santarém que está com problemas graves na estrutura e telhado e no pavilhão da antiga Escola Prática para a criação de condições a disponibilizar aos funcionários da área operacional da União de Freguesias.-----

Posta à votação a proposta foi aprovada por maioria com 8 votos favoráveis, 1 contra e 9 abstenções.-----

#### **Ponto 7: Aprovação da relação económica de compromissos plurianuais existentes em 31.12.2021**

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia da União de Freguesias deu a palavra ao Presidente da União de Freguesias para que este apresentasse a proposta.-----

O presidente do Executivo no uso da palavra referiu que de acordo com a legislação em vigor é necessário que estes compromissos sejam aprovados por este órgão. A listagem de compromissos agora apresentada resultam de contratos e procedimentos celebrados e aprovados pelos anteriores executivos. Não havendo pedidos de intervenção, foi o assunto colocado à votação tendo sido aprovados 10 votos a favor e 8 abstenções.-----

#### **Ponto 11: Discussão e aprovação da proposta de alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Licenças da União de Freguesias da Cidade de Santarém**

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia da União de Freguesias solicitou ao Presidente da União de Freguesias que o mesmo apresentasse a proposta.-

No uso da palavra este referiu que a proposta agora apresentada pretende atualizar o regulamento de liquidação e cobrança da União de Freguesias da Cidade de Santarém por forma a possibilitar a isenção de pagamento das mesmas pelos Antigos Combatentes, mediante apresentação de um cartão de identificação.-----

Usou da palavra o vogal João Lynce para propor que fosse atualizado o referido regulamento por forma a isentar de custos os candidatos a arrumadores da cidade evitando assim a proliferação de arrumadores automóveis que existem na Cidade e que muitas vezes ameaçam os proprietários das viaturas. Propôs ainda que seja votado um louvor aos Antigos Combatentes.-----

O vogal Abílio Ribeiro interveio para dizer que achavam que era de elementar justiça a proposta do executivo pelo que a sua bancada iria votar favoravelmente.-----

A vogal Sónia Lobato interveio para explicar que na União de Freguesias já existia a possibilidade da emissão de licença para arrumadores há muito tempo, mas que tem havido problemas entre os arrumadores com a licença e os ditos arrumadores que ocupam o lugar, que é necessário haver mais vigilância e acompanhamento até a nível social.-----

Posta a votação a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

**Ponto 12: Aprovação da Proposta de atribuição de voto de louvor à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santarém**

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia questionou a bancada do PS se tencionava intervir para explicar o que se pretendia. Usou da palavra o vogal Filipe Dionísio, tendo o mesmo dito que apresentou a proposta enviada a todos os membro da Assembleia de Freguesias, referindo a importância dos homens e mulheres que diariamente deixam as suas casas e se dispõem a estar ao serviço dos outros, o que nesta Associação vem acontecendo ao longo dos últimos 150 anos.-----

O vogal Abílio Ribeiro pediu a palavra para dizer que o PSD acompanha a proposta de louvor realçando o trabalho meritório desta Associação da nossa freguesia e realçou o facto da União de Freguesia ser sócia da Associação.-----

Posta a votação a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Entrando-se no período depois da ordem do dia, nos termos do acordado no início da reunião, foi dada a palavra à vogal Teresa Nascimento a qual leu a proposta do Bloco de Esquerda para implementação do orçamento participativo e que atempadamente foi enviada a todos os membros da Assembleia.-----

A vogal Sónia Lobato pediu a palavra para informar que já em 2019 foi aprovado um regulamento para orçamento participativo o qual foi suspenso por força da pandemia. Assim questionou qual o caminho a seguir, se começa tudo de novo ou se recupera o que já foi feito mas não executado.-----

O vogal Carlos Ivo no uso da palavra disse que na sua opinião que se já existe um regulamento não faz sentido duplicarmos documentação.-----

A vogal Teresa Nascimento voltou a usar da palavra para afirmar que o objetivo do Bloco de Esquerda é que o orçamento seja uma realidade o mais rápido possível, não fazendo questão que seja repetido o processo. Referiu ainda que gostaria de ter acesso ao regulamento atual.-----

A vogal Anaísa Calado usou a palavra para solicitar à vogal Teresa Nascimento que a mesma retirasse a proposta pois já existindo um regulamento a mesma não faz qualquer sentido. Em resposta a vogal Teresa Nascimento disse que independentemente da decisão desta Assembleia o Bloco de Esquerda reafirmava a necessidade deste assunto não cair no esquecimento.-----

Solicitou ainda a palavra a vogal Sónia Lobato tendo feito uma reflexão sobre este assunto, concluindo que seria de todo o interesse manter a recomendação para implementação para o orçamento participativo pois desta forma este assunto ficaria refletido na ata desta reunião.-----

Não havendo mais pedidos de intervenção o senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos membros da mesa. -----

-----O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA-----



-----1º O SECRETÁRIO-----



-----O 2º SECRETÁRIO-----

